

■ SANEAMENTO & MEIO AMBIENTE

SEQÜESTRO DE CARBONO

# Reflorestamento na Ilha do Marajó

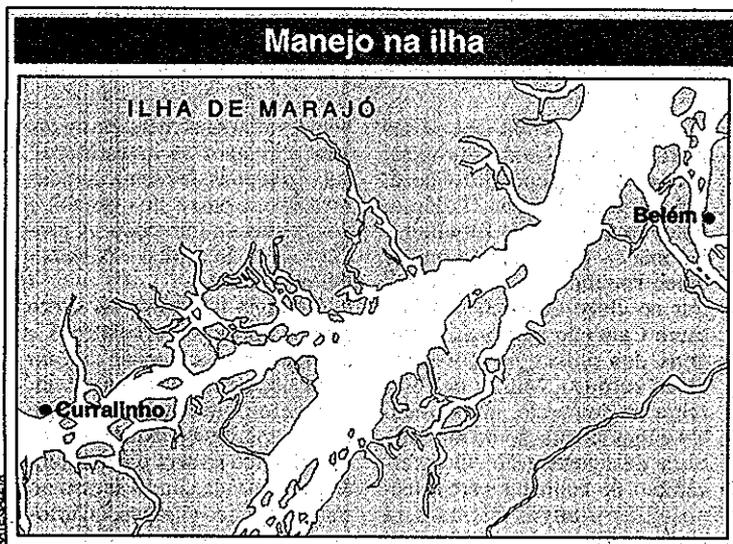
Projeto de manejo sustentado, de acordo com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Gisele Teixeira  
 da Ilha de Marajó (Pará)

Até bem pouco tempo, João Monteiro Oliveira, 40 anos, nunca tinha ouvido falar em seqüestro de carbono. Vivía da extração de palmito e venda de madeira. Hoje, ele reserva 20 hectares de sua propriedade para atividades de reflorestamento e manejo sustentável dos recursos naturais. "Quem queima ou derruba a floresta está prejudicando o planeta", diz, repassando os ensinamentos recentes. Nesta terceira e última reportagem da série sobre os investimentos da União Européia (UE) na Amazônia, este jornal focaliza o trabalho de modestos núcleos familiares da Ilha do Marajó.

Oliveira mora na comunidade de Bom Jesus de Aramaquiri, município de Curalinho, no Pará. Para chegar até lá, saindo de Belém, são necessários 30 minutos de avião ou duas a três horas de barco, e mais uma hora e meia de "voadeira", uma lancha rápida. "A informação aqui demora para chegar, mas chega", brinca. A informação chegou em fevereiro deste ano, quando a comunidade começou a participar da "Iniciativa Curalinho-Marajó", incluída no Projeto Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema), capitaneado pela Universidade Federal do Pará e financiado pela UE.

A iniciativa casa com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), definido pela Convenção de Mudanças Climáticas e Protocolo de Quioto. O projeto pretende seqüestrar 4.200 toneladas de car-



bono atmosférico/ano por meio do reflorestamento, manejo de recursos naturais e valorização da biodiversidade.

Para participar do projeto, 70 famílias assumiram o compromisso de destinar 20 hectares de suas propriedades à preservação da floresta. Também precisam deixar a prática de corte e queima pelo período de dez anos. Mas o cuidado com o meio ambiente, por si só, não altera a renda dos produtores. "É preciso uma compensação para deixar a mata em pé", afirma o presidente da Cooperativa Agrícola de Bom Jesus do Aramaquiri, Manoel Geoval de Matos. É por isso que os produtores recebem kits para agricultura, piscicultura, apicultura, avicultura, mudas de plantas para reprodução em viveiros,

assistência técnica e capacitação. Um investimento mensal de US\$ 2 mil dólares para cada família, que será mantido por um ano.

Uma equipe com engenheiro florestal, mateiros e agricultores estudou as áreas com potencial de seqüestro de carbono e elaborou um banco de dados com informações obtidas junto aos produtores sobre suas propriedades, atividades atuais e perfil sócio-econômico das famílias. Ao todo, são 13 comunidades envolvidas e divididas em quatro pólos: Aramaquiri, Piriá, Estrada e Guajará. Cada uma possui seu agente ambiental, responsável pelo acompanhamento do projeto.

Para 2004, a meta é ampliar a iniciativa a outros municípios marajoaras, beneficiando 500 fami-

lias. Thomas Mitschein, pesquisador e coordenador geral do Poema, destaca que o projeto não apresenta um planejamento de como vender e comprar CO<sub>2</sub>. "O Protocolo de Quioto ainda não definiu todos os elementos disso, mas é dinâmico e está sujeito a variações. Queremos, com nossos parceiros, levantar essa questão que é essencial para os amazônidas", complementa.

Para alcançar a primeira meta, o projeto pretende reduzir a intensidade das práticas locais de corte e queima ou da exploração indevida da floresta. Nesse sentido, vem investindo no reflorestamento e na implantação de sistemas agroflorestais (Safs). Estes sistemas dividem o mesmo espaço para o plantio em três dimensões: plantas rasteiras (maxixe, jerimum), árvores medianas (banana, cupuaçu, limão, laranja) e árvores altas, como palmeiras finas e grossas (açaí e coco), além de árvores densas (mangueira e piquiá).

As comunidades tiveram, ainda, incentivo para implantação de agroindústrias locais de processamento de palmito de açaí, castanha-do-pará e castanha de caju.

A primeira está pronta, mas parada, à espera de liberação de documentação por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). A de castanha já funciona, porém está se adequando à demanda do mercado. "Os consumidores querem um castanha com teor de umidade mais baixo, e estamos em fase de estudos para isso", completa Matos. A polpa dos frutos será utilizada em doces e compotas, por meio de um projeto recentemente aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O início do projeto ainda não promoveu mudanças significativas na renda das famílias, mas já proporcionou melhorias importantes de infra-estrutura. "Consequimos voadeiras, barcos de médio porte, um escritório, telefone e até internet, todos usados de forma comunitárias pela população de Curalinho", conta Oliveira.

## Mercado define escolha dos produtos

Thomas Mitschein, coordenador do projeto Poema, defende um tratamento especial pelo mercado para produtos que tenham origem sustentável. "Quem queima a floresta, queima o CO<sub>2</sub> (gás carbônico). Ao deixar de queimar a floresta, cuida-se da biodiversidade e absorve-se o CO<sub>2</sub>; evitando sua emissão. Isso é um serviço ambiental induzido pela comunidade. Então, as comunidades rurais que fabricam produtos globais dessa maneira, deveriam ter seu trabalho melhor remunerado e ter tratamento diferenciado", explica o coordenador. Ele destaca que a ampliação e consolidação de projetos sustentáveis na Amazônia dependem, fundamentalmente, da abertura do

mercado europeu. Para caminhar nesta direção, a Comunidade Européia, junto com outros parceiros, já financia a Bolsa Amazônia, um sistema que envolve três países que participam da bacia, além do Brasil: Bolívia, Colômbia e Equador.

A Bolsa Amazônia promove uma seleção dos chamados "Produtos-Estrela", escolhidos segundo os critérios de exigências dos mercados de destino e de princípios ecológicos e sociais. Todos são orgânicos, naturais e justos. Um bom exemplo é a linha Amazon Garden, que surge como proposta alternativa para produtos da linha de jardinagem, em substituição ao xaxim, que é extraído da sa-

mambaia gigante (*Dicksonia selowiana*), que está em fase de extinção devido à coleta predatória. São vasos, mantas e adubos fabricados com fibra de coco e látex natural de fontes renováveis.

Outro produto já em fase de comercialização é a farinha de banana, fabricada a partir da fruta verde, sem uso de aditivos. Sua venda contribui para a melhoria das condições de vida de 16 comunidades rurais e de seis agroindústrias associativas. A atividade de processamento da banana permite diminuir as perdas de pós-safra e obter produtos finais com maior valor agregado e com melhor retorno financeiro aos produtores.

(G.T.)